

Conflitos de Interesses pelo Uso das Águas Minerais: um Estudo em Cambuquira – Minas Gerais

Conflicts of Interest over the Use of Mineral Waters: A Study in Cambuquira - Minas Gerais

*Thatiana Stacanelli Teixeira*¹

*Valderí de Castro Alcântara*²

*José Roberto Pereira*³

*Eloisa Helena de Souza Cabral*⁴

*Elisabeth Thaiane Tercino de Araújo*⁵

Resumo

No Brasil, como referência em águas minerais, estão as cidades pertencentes ao Circuito das Águas localizadas ao sul de Minas Gerais. Todavia, esses municípios são marcados por conflitos que envolvem o uso, a exploração e a gestão das águas minerais. Nesse contexto, este estudo objetivou compreender os interesses mobilizados em torno dos usos das águas minerais no município de Cambuquira (MG). Além das discussões sobre os conflitos envolvendo águas minerais no Brasil, discutiu-se os diferentes interesses existentes em torno dos usos das águas minerais. Para o estudo qualitativo, realizou-se pesquisa documental, observação e aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). Para as análises, as seguintes categorias analíticas foram utilizadas: os interesses privado, público estatal e público não estatal, identificando os atores, os usos relacionados a cada um desses interesses e os conflitos manifestos entre eles. Foi possível diagnosticar que existem duas lógicas centrais em conflito: água como bem público e direito humano, devendo ser acessível a todos (apesar das divergências, essas concepções se relacionam, também, com a questão turística e a crenoterapia), e, por outro lado, a água como mercadoria e *commodity* – que resulta no foco da exploração mercantil. Conclui-se o estudo apontando as dificuldades e possibilidades de uma gestão compartilhada das águas minerais que considere a multiplicidade de usos e ofereça instrumentos para a mediação e resolução dos conflitos de interesses.

Palavras-Chave: Conflitos pelas Águas. Conflitos de Interesses. Águas Minerais. DRPE.

¹ Universidade Federal de Lavras, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5201-4867>

E-mail: stacanellithati@gmail.com

² Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Cláudio, Brasil. ORCID:

<http://orcid.org/0000-0002-6698-0609>. E-mail: valderidecastroalcantara@gmail.com

³ Universidade Federal de Lavras, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1570-2016>

E-mail: jrobertopereira2013@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Lavras, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3923-4280>

E-mail: elocabral@uol.com.br

⁵ Universidade Federal de Lavras, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6402-726X>

E-mail: elisabethtercino@yahoo.com.br

Abstract

In Brazil, the towns belonging to the Water Circuit situated in the south of Minas Gerais are mineral water references. However, they are marked by the conflicts that involve the use, the exploration and the management of the mineral waters. In this context, the objective was to understand the mobilized interests regarding the use of mineral waters in the municipality of Cambuquira (MG). In addition to the discussions on the conflicts concerning mineral waters in Brazil, the different interests around the uses of mineral waters were discussed. For the qualitative study, documental research, observation and application of Emancipatory Participative Rapid Appraisal (EPRA) were used. For the analyses, the following analytical categories were used: private, state public and non-state public interest, identifying the actors, the uses related to each one of these interests and the manifested conflicts between them. It was possible to identify two central logics in conflict: water as commonwealth and as a human right should be accessible to all (in spite of the disagreements, such concepts are also related to the tourism issue and crenotherapy) and, on the other hand, water as a product and commodity – that results in the focus of commercial exploitation. The study concludes by pointing out the difficulties and possibilities of shared management of mineral waters that considers the multiplicity of uses and offers tools for mediation and resolution of conflicts of interests.

Keywords: Conflicts over Water. Conflicts of Interests. Mineral Waters. EPRA.

* * *

1 Introdução

No Brasil, a referência às águas minerais está diretamente associada às cidades pertencentes ao Circuito das Águas, localizadas no sul de Minas Gerais, região conhecida por suas estâncias hidrominerais. São cidades que possuem águas minerais que são consideradas importantes para a qualidade de vida devido às características e às propriedades, aos efeitos medicamentosos e à importância cultural e turística (Alcântara, 2018; Bueno, 2017). Essas localidades são marcadas pela existência de fontes de águas minerais que oferecem tratamentos alternativos de saúde e atraem turistas e empresas interessadas na exploração dessas águas minerais.

São essas possibilidades, a grande força motora dos múltiplos conflitos que envolvem as águas minerais, justamente sobre o seu uso, sua exploração e sua gestão. Para Alcântara, Sant'anna e Pereira (2018, p. 10), o Circuito das Águas de Minas Gerais é um espaço de disputas entre diferentes práticas “de gestão, exploração e uso das águas minerais: práticas

de exploração, de uso medicinal, de atividades turísticas, de preservação, de uso comum, de privatização, de degradação, de uso insustentável, entre outras”. Na perspectiva dos autores, esses conflitos se desenvolvem em torno de diferentes interesses pelas águas minerais, especificamente relacionados aos interesses privado, público estatal e público não-estatal.

De acordo com Costa, Guarido Filho e Gonçalves (2013), referente às águas, as comunidades e o Estado (sob o ponto de vista da legislação) convergem para a consideração da água como um bem comum e o mercado a considera como bem econômico, assim como também algumas regulamentações do Estado tendem para esta vertente. Assim, tornam-se latentes os conflitos de interesses, em especial, entre as visões da água como bem comum e bem econômico.

Como experiência dessa perspectiva, podemos citar o caso das águas minerais de São Lourenço que teve suas fontes exploradas pela empresa Nestlé Waters, gerando diversos conflitos no município (Cruz, 2017). Como podemos ver em Alcântara, Sant'anna e Pereira (2018, p. 02) “os conflitos em torno das águas envolvem questões como direitos humanos, a colonialidade sobre a natureza, a atuação de multinacionais na lógica de mercado, e ainda a valoração econômica das águas em detrimento do cultural, social e ambiental”. Estes são conflitos que fazem parte de diferentes regiões no Brasil, inclusive no município de Cambuquira, Minas Gerais.

Cambuquira possui uma das melhores águas minerais do planeta (Sales, 2017) e foi contemplada com o título de *Blue Community* (Comunidade Azul) em 2014, tornando-se a primeira Cidade Azul da América do Sul. Este título é concedido pela organização civil canadense *The Council of Canadians* como forma de reconhecimento dos locais que fazem um uso equilibrado e racional dos seus recursos hídricos (The Council Of Canadians, 2017).

Diante à multiplicidade de interesses que envolvem as águas minerais de Cambuquira e à grande relevância desse local para o contexto

internacional e nacional, o presente artigo tem por objetivo compreender os interesses mobilizados em torno dos usos das águas minerais no município de Cambuquira, Minas Gerais. Para tal, serão descritos os interesses sob a ótica do setor privado, do público estatal e do público não-estatal, alinhados aos usos e finalidades das águas minerais, assim como também a identificação dos atores envolvidos em torno dos interesses e usos das águas minerais.

2 Discussão Teórica

2.1 Interesses pelas Águas Minerais

Devido às suas exclusividades, características intrínsecas e aos diversos interesses que perpassam sobre alguns bens minerais, a água mineral tem se tornado um dos bens minerais mais valorizados. O interesse está relacionado à pesquisa, à lavra e ao aproveitamento para diversos fins, tais como culinária, indústria, tratamentos de beleza e medicinal.

Com suas múltiplas finalidades, temos que a água mineral é um bem mineral – por mais que esse enquadramento seja questionado (Alcântara, 2018) – que adquire importância econômica e social, requerendo da administração pública uma política que englobe os interesses de lavra, preservação, manutenção e gestão.

Quanto à água mineral, esta é conceituada pelo Código de Águas Minerais, através do Decreto-Lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945, em seu artigo 1º, como sendo “aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuem composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa”.

Estas águas são marcadas pelo baixo custo de investimento, fator que contribui para o crescimento da indústria de águas envasadas, apresentando, aparentemente, baixo risco em seu investimento (Cruz, 2017). Contudo, como outra característica marcante das águas minerais, destaca-se que, muitas destas, além de seus efeitos medicinais, significam símbolo

histórico e cultural das cidades em que se localizam (Alcântara, 2018), possuindo diferentes e conflitantes interesses em sua volta, advindos dos setores privado, público não estatal e público.

Em relação ao interesse privado, é notório que a mercantilização e privatização das águas estão se intensificando (Swyngedouw, 2007). Mesmo a água sendo reconhecida como um direito humano fundamental, as grandes corporações que realizam seu comércio trabalham, insistentemente, para que essa seja reconhecida como uma necessidade a ser provida pela iniciativa privada e incorporada pela lógica mercantil (Barlow, 2009). Assim, utilizam estratégias para vender seus produtos, rotulando que as águas engarrafadas possuem mais sabor e são mais puras, dentre outras estratégias.

Ocorre que há um interesse pela comodificação das águas. Para Misoczky, Flores e Bohm (2008), essa concepção é processo marcado pelo “valor de troca” em detrimento de “valor de uso”, pela perspectiva de racionalidade instrumental e não ambiental.

... a água e a natureza em geral são apropriadas para a produção de valores-de-uso em processos que também produzem valor (na forma de valor-de-troca). Esses dois processos, apesar de serem o mesmo, são antagônicos. Isso coloca uma série de questões, sendo que a principal é que o propósito de apropriação da natureza deixa de ser a produção de valores-de-uso e passa a ser a produção de valores-de-troca (Flores & Misoczky, 2015, p. 240)

No caso da água mineral, o processo de engarrafamento tornou-se um empreendimento generalizado, intermediado por grandes empresas (Wilk, 2006). Esse processo marca a mercantilização das águas minerais sob a ótica de “mercadoria”. Essa lógica também aparece no interesse estatal que concebe a água mineral como “minério” a ser explorado.

Sobre a ótica mercadológica, Brei e Böhm (2014) mostram como as empresas utilizam de diferentes estratégias de “responsabilidade social” para atrair o consumidor para a compra de água engarrafada. Nesse caminho, cada vez mais, os consumidores estão optando por água mineral

(Wilk, 2006) e estes desconhecem os diferentes conflitos que envolvem a exploração dessas águas (Alcântara, 2018). Finalmente, Lobato, Mafra e Fontoura (2015) apresentam que Estado e mídia estão alinhados aos interesses econômicos do mercado de águas minerais.

Sob a perspectiva do interesse público não estatal, tem-se a sociedade civil, que atua em prol da defesa destas águas por identificarem seu uso não comercial. Nessa concepção adentramos na conceituação da água mineral como um bem público (Cruz, 2017). Esse reconhecimento resulta da constante interação entre sociedade e recursos naturais. Ruscheinsky (2004) afirma que essa integração reflete a ideia de que o acesso à água por todos pode diminuir as desigualdades entre as pessoas, atribuindo a ela mais uma justificativa para sua classificação como bem público – no caso deste artigo, ampliamos para as águas minerais.

Diante dos principais interesses que rodeiam as questões das águas minerais, podemos compreendê-los a partir de usos e relações às quais os atores envolvidos no conflito as atribuem. O uso não discrimina a quantidade de atores relacionados, mas delimita o interesse que predomina em seu uso e finalidade. Em Cambuquira, não é diferente; suas águas são permeadas por antagonismos em relação ao seu uso e aos atores envolvidos. Portanto, diante desse cenário, é cabível a identificação dos usos e atores envolvidos do ponto de vista dos interesses predominantes.

3 Procedimentos Metodológicos

O artigo segue uma abordagem qualitativa e descritiva por enfatizar a conexão entre os depoimentos, os discursos e os contextos em que os atores estão inseridos (Godoy, 1995). Conforme exposto anteriormente, o lócus de pesquisa é o município de Cambuquira – Minas Gerais.

Este município pertence ao Circuito das Águas de Minas Gerais e tem suas águas minerais classificadas como uma das melhores (Cruz, 2017). Devido à grande importância dessas águas minerais para Cambuquira, justifica-se a escolha do município como lócus de pesquisa – além de existir,

nessa localidade e na região, um conjunto de conflitos envolvendo a exploração dessas águas (Alcântara, 2018). Esses conflitos envolvem o Estado, as empresas privadas e as organizações da sociedade civil (Cruz, 2017).

Quanto às suas fontes, este artigo é desenvolvido mediante dados primários e secundários. Para garantir autenticidade, foram utilizadas múltiplas fontes de evidências que se complementam, sendo elas: (i) Pesquisa Documental; (ii) Observação e (iii) Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE (Emancipatory Participative Rapid Appraisal – EPRA). A Figura 1 auxilia na compreensão das técnicas utilizadas e das contribuições para o presente estudo.

Técnica	Contribuições para o estudo
Pesquisa documental	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender o contexto sociohistórico de Cambuquira; 2. Identificar atores interessados nas águas minerais; 3. Descrever diversos conflitos existentes pelas águas minerais; 4. Identificar nos textos analisados diferentes interesses.
Observação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Observar mobilizações de organizações da sociedade civil; 2. Identificar atores com maior poder de influência; 3. Descrever relações entre ONGs e Poder Público; 4. Acompanhar <i>in loco</i> conflitos de interesses pelas águas.
DRPE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contribuir para o debate em torno das águas minerais; 2. Proporcionar um ambiente de reflexão dos conflitos pelas águas; 3. Mobilizar e debater interesses divergentes em torno das águas; 4. Identificar as relações de interesses entre atores e organizações.

Figura 1. Técnicas e contribuição para o estudo

Na Pesquisa Documental, nós analisamos as reportagens dos jornais locais, tal como o Encontro – O jornal de Cambuquira, bem como gazetas que vinculavam informações sobre o município, atas de reuniões da ONG Nova Cambuquira e da Câmara Municipal, publicações institucionais e acervo da biblioteca municipal. Ao todo, foram analisados documentos históricos e atuais que fazem menção ao município, cerca de cem reportagens de jornais, três livros que narram causas da cidade, cerca de quinze publicações institucionais que mencionam Cambuquira e outros documentos encontrados na biblioteca.

No que se refere à Observação, os pesquisadores puderam participar como ouvintes de eventos oficiais, reuniões da ONG Nova Cambuquira e da Prefeitura Municipal, além de visitarem pontos turísticos importantes para a pesquisa para, conseqüentemente, analisar os conflitos, trabalhar na percepção e identificar os interesses dos autores locais. Nesse contexto, houve a observação durante quatro reuniões da ONG Nova Cambuquira, dois eventos abertos à comunidade para conscientização da importância das águas e três reuniões junto à gestão pública municipal, sendo catalogadas 67 páginas de notas de campo.

Por fim, a metodologia que propiciou outra importante coleta de informações e possibilitou maior contato com o município, em termos de sua gestão, população, pontos turísticos e contextos histórico e social, foi o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). O DRPE teve duração de cinco dias e foi desenvolvido em conjunto com membros da sociedade civil organizada “Nova Cambuquira” e moradores locais.

O DRPE é um método praxiológico que visa diagnosticar a realidade e possui caráter qualitativo. O caráter emancipador do DRPE se estabelece em três momentos de um único e articulado movimento, a saber: expressão e descrição da realidade; crítica do material expresso; e criatividade (Pereira, 2017; Teixeira et al., 2019). O DRPE possui o diálogo como característica fundamental para seu desenvolvimento e a conexão com a mudança social – no caso da sua aplicação em Cambuquira em torno das questões e conflitos envolvendo as águas minerais.

O DRPE consiste em um aglomerado de técnicas que são desenvolvidos ao longo de três a cinco dias pela equipe aplicadora (os três primeiros autores deste artigo eram dessa equipe), e que são adequadas ao objeto de estudo. Em Cambuquira, foram cinco dias de aplicação da técnica, tendo início em 16 de janeiro de 2017, finalizando em 20 de janeiro de 2017. A cada dia de aplicação da técnica, foram desenvolvidas, em média, duas técnicas do DRPE. Ele foi relevante, pois possibilitou apreender informações relevantes sobre a problemática local, assim como debates sobre as águas

minerais, a sua legislação, seus usos e seus conflitos existentes. Além disso, o DRPE possibilitou o estabelecimento do diálogo entre os diferentes atores presentes no contexto das águas minerais de Cambuquira. As técnicas desenvolvidas estimulavam a compreensão do contexto, os posicionamentos e as discussões entre os participantes, sendo o estabelecimento do processo dialógico uma das finalidades especiais do método (Teixeira et al., 2019).

Dessa forma, esta pesquisa foi construída de forma participativa entre universidade e organizações da sociedade civil atuantes no Circuito das Águas, com a devida ênfase à ONG Nova Cambuquira, situada no *locus* de estudo deste trabalho.

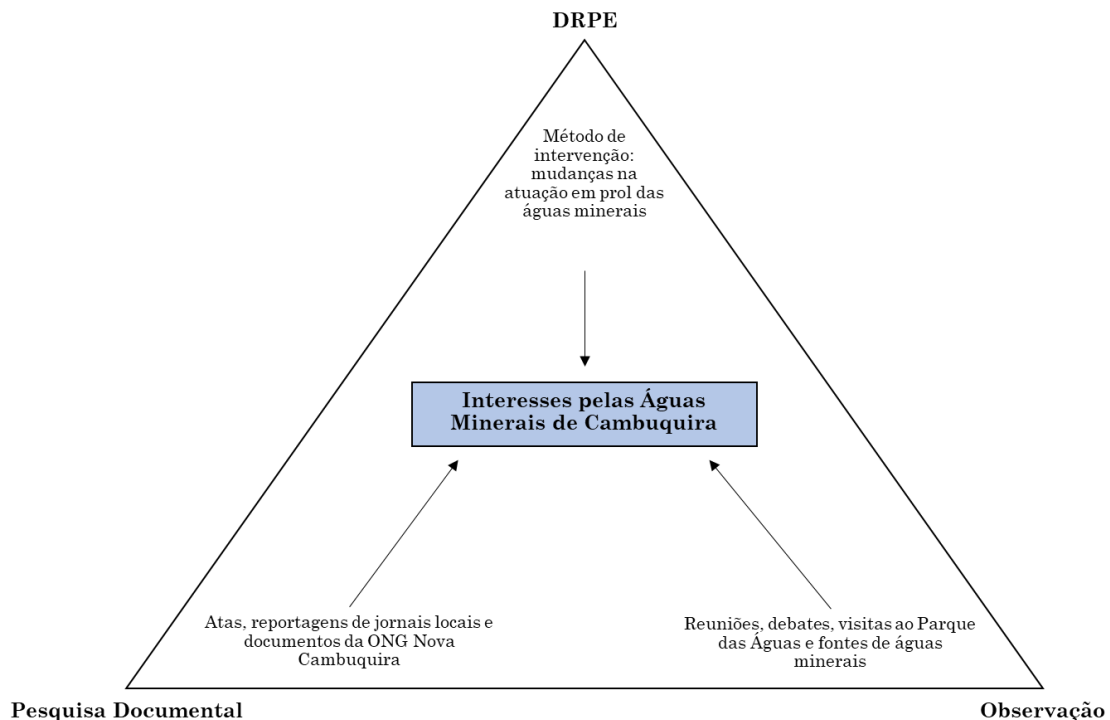


Figura 2. Processo de triangulação na pesquisa

Posteriormente, utilizou-se a triangulação dos dados (Figura 2) para análise dos resultados. Segundo Yin (2014), a triangulação se relaciona com a articulação de estratégias e evidências diversas em uma pesquisa. A triangulação, de acordo com Flick (2009, p. 62), “deve produzir conhecimento em diferentes níveis . . . e, assim, contribuem para promover a qualidade da pesquisa”.

Para análise dos dados, utilizou-se como categorias de análise, os interesses: (a) privado, (b) público e (c) público não estatal, anteriormente destacados neste artigo no que tange à questão das águas. Tais categorias foram escolhidas por meio do método DRPE, com o auxílio dos participantes, sendo estas as categorias que mais fomentaram a discussão durante a coleta de dados, isto é, como gerir os diferentes interesses (privado, público e público não estatal) e como mediar os conflitos entre eles.

4 Análise dos Resultados

4.1 *O Uso Terapêutico das Águas Minerais e o Turismo*

As primeiras descobertas de águas de fontes naturais no Brasil ocorreram a partir dos séculos XVII e XVIII, e estas possuíam características marcantes que as diferenciavam das águas tradicionais, tais como gosto e, algumas vezes, um odor acentuado. Segundo os participantes do DRPE, desde então, muitas cidades que possuíam as águas “diferenciadas” foram sendo visitadas em função de tais recursos. Posteriormente, com a descoberta, as estâncias hidrominerais ficaram conhecidas em todo o Brasil, sendo cada vez mais procuradas para recreação e/ou para tratamentos de saúde (Sales, 2013).

As visitas a esses municípios foram crescendo e aos poucos o Turismo de Saúde foi sendo inserido em Cambuquira. De acordo com definição do Ministério do Turismo (2009), o termo turismo de saúde refere-se à constituição “das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos”. Essa atividade teve seu auge na primeira metade do século XIX, quando, segundo Sales (2013), na percepção popular, o poder curativo das águas minerais era tão convicto quanto a categoria dos tônicos depurativos: “Elas eram percebidas como . . . uma espécie de medicamento quase milagroso” (Sales, 2013, p. 42).

O poder medicamentoso das águas minerais de Cambuquira e de outras estâncias hidrominerais repercutiu pelo mundo por meio de jornais e revistas da época que vinculavam informações sobre os benefícios das águas

minerais: “A princípio, especialmente nos séculos XVII e XVIII, as águas tinham o seu poder curativo comprovado por experiências práticas e eram relacionadas ao mundo religioso, sendo consideradas sagradas e milagrosas” (Schreck & Marques, 2019, p. 142). Por isso, Souza (2019, p. 36) afirma: “Até meados do século XX, o turismo no Brasil era predominantemente curista”.

Em Cambuquira, as fontes locais oferecem diversos benefícios para seus usuários; por isso, essas informações são compartilhadas e disponibilizadas para todos os visitantes, mediante panfletos e cartazes informativos disponíveis na entrada do Parque das Águas – onde fica localizada a maior concentração de fontes do município. Diante de todo o contexto apresentado, é plausível dizer que a água é considerada um componente simbólico para o município, cujo benefício mais significativo trata-se de seu uso medicinal voltado para prevenção e cura de enfermidades. Além disso, essas águas são consumidas por serem consideradas mais limpas e puras do que as demais (Oliveira, 2019).

A forte evidência da identificação simbólica pode ser visualizada com a manifestação de uma participante durante o DRPE: “quando se fala em Cambuquira a pessoa já lembra da água gasosa na fonte . . . não vejo Cambuquira sem estar associada à água mineral”. É válido ressaltar que as fontes do município recebem visitas tanto de moradores locais quanto de visitantes que as procuram justamente por causa de seus benefícios.

Durante as visitas realizadas às fontes, tivemos a oportunidade de ouvir relatos e experiências dos próprios moradores e de visitantes. Em consonância com as técnicas desenvolvidas, é plausível a sustentação do argumento de que as fontes e suas águas minerais se tornaram forte componente simbólico cultural de Cambuquira, em especial, sendo lembradas pelo seu poder curativo. Durante as técnicas de pesquisa, as águas minerais foram referenciadas como “águas que curam”, “águas preciosas”, “água santa”, “águas que saltam aos olhos”, “águas milagrosas de Cambuquira” e “farmácia a céu aberto”, o que reforça essa significação medicamentosa das águas.

Foram os benefícios medicamentosos das águas minerais que proporcionaram a ascensão do turismo local. Mas, atualmente, o turismo não é mais o grande fomentador da economia local, implicando na sua posição secundária na movimentação econômica local. Hoje, ele se dá em decorrência das principais atrações locais, que são: o Parque das Águas, as fontes do Marimbeiro e do Laranjal (nas redondezas da cidade) e o Pico do Piripau, localizado na zona rural.

Mesmo com estes atrativos turísticos, o que o DRPE captou é que a própria sociedade cambuquirense desacredita no futuro turístico de Cambuquira, onde muitos falam que a cidade não tem possibilidade de crescimento expressivo e que o pouco turismo que ainda existe ocorre em virtude das águas minerais. Durante as técnicas, a incredibilidade frente ao desenvolvimento ou reativação do turismo local foi notória, principalmente nas seguintes frases: “. . . Cambuquira tem pouca saída para crescer” e “o turismo em Cambuquira está em decadência”. Essa questão tem um histórico:

A partir da década de 50, houve queda gradual do fluxo turístico, em decorrência das transformações da medicina vinculadas à indústria farmacêutica e aos novos centros atrativos de turistas do Brasil e do mundo. Em decorrência dessa mudança gradual do cenário sócio histórico há progressiva redução dos fluxos turísticos no Circuito das Águas, somados a falta de estudos aprofundados da água e oferta de novos atrativos turísticos na região (Junqueira, 2019, p. 285).

Por mais que a descrença seja perceptível, a ONG Nova Cambuquira e outros atores da sociedade civil, enquanto representantes do interesse público não estatal, procuram alternativas para fortalecer o turismo (ecológico), seja ele em função do poder medicamentoso das águas, da beleza natural de Cambuquira ou por outros fatores ecológicos. Essa vontade é expressa pela Nova Cambuquira, que atrai cada vez mais a participação da sociedade local engajada nesta causa, em conjunto com pesquisadores e ativistas em favor da causa, visando a água como um bem comum.

Em uma discussão mais ampla sobre as águas, Flores e Misoczky (2015) argumentam:

. . . concepção da água como bem comum se manifesta nos espaços de luta, nas tradições e nas concepções populares de mundo. São sementes que ainda não germinaram porque não vivemos as condições históricas para isto; porque estão sufocadas pela hegemonia do capital que se manifesta em práticas como a manipulação de gigantescos volumes de água, na atribuição do dinheiro como medida de valor e na naturalização da escassez (Flores & Misoczky, 2015, p. 247).

A sociedade civil organizada exerce um importante papel dentro deste contexto, visto que ela defende, em seus movimentos, a preservação e consideração das águas como um bem comum, não sendo permitida sua comercialização e exploração de forma não sustentável, e, assim, estabelecem conflitos junto à organizações estatais e privadas que se colocam favoráveis a exploração das fontes.

4.2 O Uso Comercial das Águas Minerais

O que atrai os olhares mercadológicos para as águas de Cambuquira é seu reconhecimento como uma água de excelente qualidade, sendo essa perspectiva de interesses econômicos sob as águas minerais vista como problemática por parte da população local como os membros da ONG Nova Cambuquira. Apenas uma fonte é envasada e comercializada nas prateleiras dos supermercados no Brasil. Compreendida como “água suave naturalmente gasosa de Cambuquira”, segundo relatos de Cruz (2017), suas vendas tiveram início por volta de 1981 e comercializada pela empresa Supergasbrás até o ano de 2001.

Até o ano de 2001, não houve relatos de nenhuma entidade de representação popular formal que se preocupasse com a exploração das águas, do ponto de vista da preservação e até mesmo do risco de sua exaustão. Logo, diante da necessidade de fiscalizar e proteger as fontes, é que surgiu a ONG Nova Cambuquira no ano de 2001. Esta organização

surgiu durante o lançamento do edital para exploração das águas minerais do município, mobilizando aqueles que já se encontravam engajados em prol da preservação e da não exploração da água mineral. Com isso resolveram se unir e se estruturar em uma associação com a pretensão de barrar alguns pontos do edital que significavam uma exploração das águas de forma predatória. Desde então, a atuação da ONG Nova Cambuquira e de membros da sociedade de Cambuquira sempre esteve presente.

Novos editais de exploração das águas foram lançados, corroborando com novos conflitos causados pela divergência de interesses sobre as águas minerais, como nos anos de 2005 e de 2017. A principal questão por parte da população era em relação à exploração das águas, argumentando que as fontes atingiriam a exaustão em pouco tempo, prejudicando o meio ambiente, o turismo e a economia local. Foi possível observar, também, a atuação do Ministério Público do Meio Ambiente, sendo este favorável ao impedimento de editais.

Durante essas controvérsias, vale ressaltar que, para a ONG Nova Cambuquira, o engarrafamento da água mineral deve ser uma atividade secundária, pois além de não gerar expressivos números de emprego e renda, ainda conta com a possibilidade da perda do valor terapêutico da água com seu envase.

Com estes entraves estabelecidos pelo Ministério Público do Meio Ambiente e ONG Nova Cambuquira, as disputas pela gestão das águas foram crescendo constantemente, sendo lançados novos editais posteriormente, travando uma luta entre sociedade civil organizada e os editais (promulgados pelo Estado).

Durante a técnica do DRPE desenvolvida com os membros da ONG Nova Cambuquira e outros participantes locais, houve discursos que demonstraram que as águas deveriam ser exploradas (de forma sustentável) como fonte de renda para o município, implicando na divulgação do nome da cidade e no fomento do turismo local. Nesse sentido, é relevante frisar que há munícipes de Cambuquira que defendem que as águas devam ser

exploradas visando somente benefícios de cunho socioeconômico; no entanto, há outros que defendem que, nem mesmo sob a fiscalização do poder público e da comunidade, estas águas devem ser exploradas.

A questão da comercialização da água mineral, ao ser abordada durante a coleta de dados, foi o tema que gerou bastante discordância entre os participantes. Enquanto uns eram positivos em relação à comercialização do bem, outras pessoas eram decididamente contra o processo de engarrafamento das águas.

A pesquisa explicitou que existem pessoas locais que assumem um posicionamento favorável à exploração das águas minerais do município, distanciando-se do posicionamento da organização Nova Cambuquira: “Além do acesso a todos, usar (a água) como a alavancagem do desenvolvimento econômico”, “. . . não é monstro pensar na *commodity*, esse pensamento pode nos tirar da estagnação econômica” e “. . . não podemos privar de pensar outras utilidades [para as águas minerais]” (Morador local).

Nesse sentido, alguns participantes do DRPE argumentaram que a exploração para a comercialização surge como uma possibilidade estratégica para reerguer o município de Cambuquira, principalmente com o turismo. Para outros, esta é uma visão clara de que a única crença possível para tirar o município de sua estagnação é realizar a exploração das águas, independente de como isso será realizado – visão que é combatida pelas organizações da sociedade civil.

A legislação que rege as águas minerais prevê que estas podem ser exploradas como qualquer minério, o que implica em diversos debates e controvérsias em torno desta questão. A própria ONG Nova Cambuquira manifesta-se como contrária à exploração das águas minerais. São contrários à exploração que ocorre em São Lourenço com a presença da multinacional Nestlé (*Nestlé Waters*) até aquele momento.

Por meio dos relatos, é perceptível que a maioria dos atores de Cambuquira não é favorável à comercialização das águas, mesmo se ela for pensada estrategicamente para benefícios em prol do município. Percebemos

que o medo das fontes atingirem a exaustão é maior do que a possibilidade de “reerguer” a cidade. Participantes do DRPE destacaram fortemente a ideia de que as águas não devem ser exploradas com o intuito de se obter ganhos econômicos para o município: o “. . . problema chave é água como *commodity*” (Membro da ONG).

Portanto, o grande desafio da Nova Cambuquira é combater os pensamentos de que a água pode ser uma *commodity* para o município, embora a própria legislação não assegure os cuidados que deveriam ser tomados ao tratá-la como mercadoria. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atual Agência Nacional de Mineração (ANM), não possui respaldo legal que vise e/ou determine cuidados importantes em relação à exploração da água mineral; a sustentabilidade não está entre as prioridades na mineração. Ao que tange esse aspecto, a grande batalha da ONG Nova Cambuquira é a tentativa de retirar a água mineral do Código de Mineração, uma vez que, para tais atores, a água não se constitui como minério, mas, sim, como um bem público.

4.3 Interesses Múltiplos nas Águas Minerais

As águas minerais de Cambuquira, assim como outras águas minerais, podem ser vistas por várias perspectivas: a partir do setor público, do setor privado e pela ótica da sociedade civil (do interesse público não estatal). Com a existência dos conflitos, ficou claro que a população ressignificou a questão das águas, temendo, principalmente, que ao serem exploradas para fins comerciais, poderiam perder sua essência cultural e tornar-se uma mercadoria regida sob o ponto de vista estratégico que vislumbrasse somente o lucro.

O interesse da sociedade civil organizada é representado, principalmente, pela ONG Nova Cambuquira, sendo esta uma entidade de importante relevância na luta em defesa da água como um bem público. Sobre a Nova Cambuquira e sua relação com os assuntos relacionados à

água mineral, é notório que esta instituição torna público todas as ações direcionadas para as águas minerais e demais notícias que envolvem o tema.

A organização trabalha fortemente para a publicização das informações e a conscientização de que a água deve ser considerada e regida sob a ótica de um bem público. Inclusive, o engajamento e participação da população em questões decisivas sobre as fontes de água mineral (especialmente, nos anos de 2001, 2005 e 2017) se deu por meio de audiências e consultas públicas, protestos via redes sociais e presenciais no município, com a liderança da Nova Cambuquira.

A pretensão de comercializar as águas começou desde a primeira empresa a engarrafar as águas de Cambuquira, no ano de 1981, quando foram realizados estudos sobre as fontes utilizadas para exploração. Desde esse período, as águas já rendiam frutos financeiros para a empresa e, conseqüentemente, fomentavam o comércio e a economia local. A comercialização atendia, inclusive, o poder público; todavia, com o passar dos anos, esta prática foi ressignificada e, para diversos atores, a exploração não é mais almejada. Mesmo com a possibilidade de melhorias (como na recente parceria público-privada) a partir da comercialização das águas, uma parte significativa da população almeja que a cidade cresça e se desenvolva por meio do turismo ecológico, da utilização da água para fins medicinais e de outras empresas que não explorem as águas locais de forma insustentável.

Diante de toda a discussão levantada pelo presente artigo, é relevante estabelecer pontos para melhor a visualização dos atores e as suas representações no que tange às águas minerais (Figura 3). Diante de tais reflexões, torna-se possível concluir que a sociedade civil e outras instituições públicas, tal como o Ministério Público do Meio Ambiente, defendem que as águas devem seguir o caminho do bem público e bem comum, permanecendo como símbolo cultural de Cambuquira e fomentando o turismo local pelas suas fontes pelos benefícios crenoterápicos, em prol do bem estar comum.

Interesse	Síntese
Interesse privado	<ul style="list-style-type: none"> • Símbolo econômico • Água como um minério e produto • Água mineral como alimento que deve ser comercializado • Turismo
Interesse público	<ul style="list-style-type: none"> • Símbolo político • Água como um minério • Desenvolvimento econômico da cidade • Turismo
Interesse público não-estatal	<ul style="list-style-type: none"> • Símbolo cultural • Água mineral como um bem comum • Água mineral como fonte de tratamentos • Turismo ecológico

Figura 3. Descrição dos interesses em torno das águas

5 Considerações Finais

O Circuito das Águas de Minas Gerais se tornou referência quando se trata de águas minerais. As cidades pertencentes ao Circuito, dentre elas: Caxambu, Cambuquira, Lambari e São Lourenço, são marcadas por múltiplos conflitos que envolvem tanto o uso e a exploração, quanto a própria gestão das águas minerais.

Nesse contexto, este artigo compreendeu os interesses mobilizados em torno dos usos das águas minerais no município de Cambuquira, Minas Gerais. Além das discussões sobre os conflitos envolvendo águas minerais no Brasil, discutiu-se, no referencial teórico, os diferentes interesses (privado, público e público não estatal) existentes em torno dos usos das águas minerais.

O estudo foi realizado em Cambuquira, município que integra o Circuito das Águas de Minas Gerais e que já teve suas águas consideradas como uma das melhores. Como forma de reconhecimento da qualidade e da importância dessas águas, em 2014, a cidade ganhou o selo da *Blue Community* por reconhecer a água como direito humano, eliminar a venda de água engarrafada nas instalações e eventos municipais e promover serviços de água com financiamento público.

Para a coleta de dados, este artigo utilizou a triangulação de dados entre pesquisa documental, observação e aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). Para as análises, foram utilizados como categorias analíticas, os interesses: (a) privado, (b) público e (c) público não estatal, identificando atores e usos relacionados a cada um e como existem conflitos entre eles.

Diante do interesse privado, identificou-se a pretensão de empresas pela exploração das águas minerais que são tratadas como mercadoria e produto. No que se refere ao interesse público estatal, identificou-se a atuação da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) e do poder público local; todavia, estes atores aproximam seus interesses do privado ao optar pelo engarrafamento das águas minerais em um modelo empresarial. Divergindo desses modelos, as organizações da sociedade civil, pesquisadores e ativistas mobilizam a favor de um uso turístico sustentável, crenoterápico, de acesso livre às águas minerais pela população local.

A partir desse interesse público não estatal, a água mineral é considerada um bem cultural, um medicamento e um bem comum. A ONG Nova Cambuquira e outros atores da sociedade civil local foram importantes na contribuição deste trabalho, pois foi por meio deles que conseguimos adquirir grande parte dos nossos dados, por meio das inúmeras visitas ao local de estudo e documentos disponibilizados por esta entidade.

A Nova Cambuquira está sempre em articulação com outros órgãos, tais como o Ministério Público e Poder Público local, buscando a concretização do diálogo para defender e proteger as águas minerais e as fontes, além de sempre estar em constante contato com a população local, promovendo audiências públicas, mobilizações em prol das águas, ações educativas com crianças e adolescentes e a busca constante pela minimização da perspectiva mercantil sob as fontes de água mineral local.

Foi possível diagnosticar que existem duas lógicas centrais em conflito: água como bem público e direito humano, devendo ser acessível a

todos (apesar das divergências, essas concepções se relacionam, também, com a questão turística e a crenoterapia), e, por outro lado, como mercadoria e *commodity* – que resulta no foco da exploração mercantil. Os resultados mostram, inclusive, que os conflitos foram judicializados por meio de Ação Civil Pública, mas ainda perduram até o momento de conclusão deste artigo.

A principal luta da sociedade civil engajada na causa das águas minerais de Cambuquira, a ONG Nova Cambuquira, está relacionada a uma mudança cultural, onde se valorize as águas e não a deslumbrem apenas como uma mercadoria. Recentemente, houve uma ampliação dos atores sociais e, como consequência, a amplificação em torno das diferentes questões de interesse, induzindo mais conflitos em torno da questão, como constatado por Alcântara (2018).

Como agenda de pesquisas futuras, indicamos estudos que relacionem governança ambiental e águas minerais, seja em âmbito de gestão pública municipal, estadual e a federal, e, além disso, investigar de forma mais ampla (regional) o papel das organizações do terceiro setor nas disputas de poder em torno das águas.

6 Referências

Alcântara, V. C. (2018). *Práticas de gestão das águas minerais e os movimentos deliberativos da gestão social no Circuito das Águas no Sul de Minas Gerais* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.

Alcântara, V. C., Sant'anna, L. T., Pereira, J. R. (2018, Junho). Os “Guardiões das Águas” no Circuito das Águas de Minas Gerais: um estudo a partir do Modelo de Estruturação dos Sistemas Sociais de Ação Coletiva. *Anais do Encontro Brasileiro de Administração Pública*, Viçosa, MG, Brasil, 5.

Barlow. M. (2009). *Água Pacto Azul*. São Paulo: M. Books do Brasil, Editora Ltda.

Brei, V. & Böhm, S. (2014). ‘1L=10L for Africa’: Corporate social responsibility and the transformation of bottled water into a ‘consumer activist’ commodity. *Discourse & Society*, 25(1), 3-31. <https://doi.org/10.1177/0957926513503536>

Bueno, F. (2017). Portal Visite Minas Gerais, 2017. Recuperado de <http://visiteminasgerais.com.br/mg/circuito-das-aguas>

Costa, M. C., Guarido Filho, E. R., Gonçalves, S. A. (2013). Lógicas institucionais e formação da governança de recursos hídricos: análise do caso brasileiro. *Revista Gestão Organizacional*, 6(4), 99-119.

Cruz, E. S. T. (2017). *Gestão Social da água mineral no município de Cambuquira – Minas Gerais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.

Decreto-Lei nº 7.841, de 08 de agosto de 1945 (1945). Dispõe sobre o Código de Águas Minerais. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/19371946/Del7841.htm

Flick, U. (2009). *Qualidade na pesquisa qualitativa*. São Paulo: Editora Artmed.

Flores, R. K.; Misoczky, M. C. (2015). Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. *Organizações & Sociedade*, 22(73), 237-250. <https://doi.org/10.1590/1984-9230733>

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>

Junqueira, M. G. P. (2019). As águas minerais de Caxambu: sua contribuição para o povoamento. In: A. P. L. Souza, R. Vianna, & V. C. Alcântara. *Ecologias das águas: o futuro em corrosão* (pp. 279-285). Cambuquira, MG: Nova Cambuquira.

Lobato, C. B.; Mafra, F. L. N.; Fontoura, Y. (2015, Outubro). A Nestlé e o lado sombrio da exploração de água mineral no Brasil: um olhar decolonial. *Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, SBEO, Vitória, ES, Brasil, 3.

Ministério do Turismo (2009). *Marketing de Destinos Turísticos*. Recuperado de http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marketing_Destinos_Turisticos.pdf

Misoczky, M. C.; Flores, R. K.; Böhm, S. (2008). A práxis da resistência e a hegemonia da organização. *Organização & Sociedade*, 15(45), 181-193. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000200014>

Oliveira, L. C. (2019). Histórico das racionalidades na procura pelas águas minerais e seus contextos normativos. In: A. P. L. Souza, R. Vianna, & V. C.

Alcântara. *Ecologias das águas: o futuro em corrosão* (pp. 81-108). Cambuquira, MG: Nova Cambuquira.

Pereira, J. R. (2017). *Diagnóstico participativo, o método DRPE*. Santa Catarina: Tubarão.

Ruscheinsky, A. (2004). *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina.

Sales, C. S. (2017). *Água como bem público: A análise exploratória sob a luz da sociologia pragmática* (Monografia de Graduação). Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil.

Sales, J. R. (2013). *A gripe espanhola nas estâncias hidrominerais de Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço - MG*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineiro.

Schreck, R. S. C. & Marques, R. C. (2019). Águas Minerais: do Conhecimento Popular e Sagrado ao Conhecimento Científico. In: A. P. L. Souza, R. Vianna, & V. C. Alcântara. *Ecologias das águas: o futuro em corrosão* (pp. 139-160). Cambuquira, MG: Nova Cambuquira.

Souza, A. P. L. (2019). Águas ciborgues: o humano-maquínico das águas minerais. In: A. P. L. Souza, R. Vianna, & V. C. Alcântara. *Ecologias das águas: o futuro em corrosão* (pp. 33-58). Cambuquira, MG: Nova Cambuquira.

Swyngedouw, E. (2007). Dispossessing H2O: the contested terrain of water privatization. *Capitalism Nature Socialism*, 16(1), 81-98. <https://doi.org/10.1080/1045575052000335384>

Teixeira, T. S.; Alcântara, V. C.; Garcia, A. S.; Pereira, J. R. (2019). O DRPE como Método de intervenção da Gestão Social. *Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho)*, 16(4), 03-19. <https://doi.org/10.12819/2019.16.4.1>

The Council of Canadians. (2016). *Blue Communities Project Guide*. Recuperado de <http://canadians.org/content/booklet-blue-communities-project-guide>

Wilk, R. (2006). Bottled water: the pure commodity in the age of branding. *Journal of Consumer Culture*, 6(3), 303-325. <https://doi.org/10.1177/1469540506068681>

Yin, R. (2014). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Recebido 17.07.2019.
Aprovado 08.01.2020.